

5 DE OUTUBRO



DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A EXPOSIÇÃO AO BENZENO

ESTE INFORMATIVO É DE RESPONSABILIDADE DA BANCADA DOS TRABALHADORES NA COMISSÃO NACIONAL PERMANENTE DO BENZENO

OUTUBRO DE 2022 | Distribuição Nacional | cnpbz.com.br

UMA CANETADA DE JAIR BOLSONARO ELEVA OS RISCOS CORRIDOS POR TRABALHADORES QUE LIDAM COM UM PRODUTO ALTAMENTE TÓXICO

“Amor, não deixa impune. Vão ter muitos casos como o meu.” Marcelo do Couto Santos repetiu a frase diversas vezes para sua mulher antes de morrer, aos 49 anos. Por três décadas, ele trabalhou como técnico de operações num terminal da Transpetro, subsidiária da Petrobras, em Cubatão, no litoral de São Paulo. A exposição frequente ao benzeno, um produto altamente tóxico, usado, sobretudo nas indústrias petroquímica e siderúrgica, ocasionou os problemas de saúde que levaram o operário à morte, em 18 de setembro de 2017.

Para atender o desejo do marido, Josilene Gois dos Santos iniciou uma batalha na Justiça contra a Petrobrás logo que ficou viúva. As audiências judiciais têm sido verdadeiras torturas.

Um dos piores reveses sofridos pela viúva foi o desmonte das comissões tripartites que faziam parte do Ministério do Trabalho e Previdência. Formadas por membros do governo, trabalhadores e empresários, se incumbiam de planejar, coordenar e avaliar políticas públicas relativas à saúde e à segurança no ambiente laboral. O desmonte acabou atingindo a Comissão Nacional Permanente do Benzeno, implementada em 1996 para regulamentar e fiscalizar o uso do produto. Um decreto do presidente Jair Bolsonaro, assinado em 21 de agosto de 2019, não só encerrou a CNPBz como anulou as portarias geradas por ela.



Bolsonaro extingue a CNPBZ

Entre 2000 e 2020, o Brasil registrou 127 mil mortes por câncer de bexiga e leucemia mieloide. As doenças podem estar relacionadas à exposição frequente ao produto. Em 2020, houve no país 2,95 casos desses tipos de câncer para cada 100 mil habitantes – a média mundial é de 2,66 por 100 mil habitantes. Um dos primeiros sinais de contaminação é a queda nos níveis de leucócitos (ou glóbulos brancos), células que atuam na defesa do organismo.

Quando alguém se expõe pouco ao benzeno, os malefícios tendem a ser barrados pelo sistema imunológico. O perigo aumenta para quem trabalha continuamente com o produto. Como a intoxicação se dá de maneira silenciosa, é comum que os operários demorem anos ou décadas para apresentar sintomas. Foi o que aconteceu com Marcelo.

O caso de Adriano Silvestre Gonçalves é parecido. Em 2006, ele passou num

concurso da Petrobrás para o cargo de técnico de manutenção. Trabalhou numa balsa da empresa, a BGL-1, na escala 14 x 21. Entre suas funções, estava a de lidar com sistemas de purificação e transferência de óleo diesel e óleo lubrificante.

Em 2011, Gonçalves manifestou dores de cabeça, gripes constantes e sinusite. No ano seguinte, começou a se sentir bastante cansado. Também percebeu que tinha vários pelos encravados e nódulos por todo o corpo, que desapareciam e retornavam. O diagnóstico de leucemia mieloide aguda veio em agosto de 2012. Ele foi internado imediatamente para o tratamento quimioterápico. Em fevereiro de 2014, se submeteu a um transplante de medula, mas amargou uma série de efeitos colaterais. Mesmo assim, sobreviveu. (...)

>>>> segue na próxima página

A contaminação de trabalhadores por benzeno começou a ganhar visibilidade no Brasil apenas durante os anos 1980, com o arrefecimento da ditadura, o fim da censura e o fortalecimento dos sindicatos. Em 1983, operários da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), em Cubatão, fizeram a primeira denúncia pública de intoxicação pelo produto. Entre eles, haviam aumentado significativamente os casos de leucopenia e outros distúrbios, inclusive mentais.

Em 1993, o então Ministério do Trabalho e Emprego convocou um grupo de técnicos para analisar os riscos do benzeno. No ano seguinte, publicou uma portaria reconhecendo o potencial cancerígeno da substância e proibindo a exposição direta a ela, que só poderia ser manipulada por meio de sistemas herméticos – ou melhor, de instrumentos que evitam o contato respiratório ou cutâneo. As indústrias siderúrgica e petroquímica se mobilizaram para conseguir um bom prazo de adaptação às novas regras. A mobilização resultou, em 1995, no Acordo Nacional do Benzeno, que implantou a CNPBz.

Apesar dos avanços, o petroleiro Roberto Viegas Krappa morreu em 2004 de leucemia mieloide aguda. Tinha 36 anos e trabalhava como técnico de operações na RPBC, em Cubatão. Sua morte ocorreu 22 dias depois de manifestar os primeiros sintomas da doença. A CNPBz transformou a data (5 de outubro) no Dia Nacional de Luta Contra a Exposição ao Benzeno. A viúva do operário também travou uma longa batalha nos

Cubatão já foi o epicentro dos casos de contaminação no país. Entre as décadas de 1980 e 1990, houve tamanha explosão de ocorrências na COSIPA que isso contribuiu para o surgimento do Acordo Nacional do Benzeno e da CNPBz

tribunais até a Justiça reconhecer o nexo entre a enfermidade do marido e o contato que ele tivera com o produto.

No mesmo ano, o Ministério do Trabalho recebeu uma denúncia sobre a morte de Krappa e a situação de outros treze trabalhadores da RPBC que apresentaram alterações hematológicas. Uma inspeção constatou que a empresa não respeitava as normas técnicas relativas ao benzeno. Por isso, duas áreas da refinaria acabaram interditadas. Em 2005 a RPBC assinou, então, um termo de compromisso com o Sindipetro-LP em que se propunha a adequar os equipamentos irregulares e fazer uma avaliação médica de todos os seus funcionários. Como resultado do

acordo, os treze operários contaminados foram transferidos de setor.

Em 2009, o Ministério Público do Trabalho (MPT) constatou após uma diligência que a RPBC não estava mais cumprindo o termo de compromisso. Depois de negociações infrutíferas com a refinaria, abriu uma ação civil pública contra a Petrobrás em 2011. A disputa judicial se arrasta até agora. “Enquanto isso, os trabalhadores continuam adoecendo”, diz Marcelo Juvenal Vasco, diretor do Sindipetro-LP e funcionário da RPBC desde 2002. Ele afirma que dezessete associados do sindicato morreram recentemente em decorrência de câncer.

Com o fim da CNPBz, a possibilidade de revisões e avanços na legislação sobre o assunto se tornou mais incerta. Outro processo, movido pela promotora Vivian Brito Mattos, trouxe resultados positivos em 23 de novembro de 2021. Na ocasião, a Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro determinou por liminar que a Petrobrás faça exames periódicos de exposição ao benzeno em aproximadamente 4 mil trabalhadores da Reduc e do centro de pesquisas da estatal. Em nome da isenção, quem realiza os exames é o Instituto Nacional de Câncer e não os médicos da empresa.

Você pode ler a matéria original, na íntegra, publicada no site da Revista Piauí, em 22 de julho de 2022.

A gasolina automotiva comercializada nos postos de combustíveis apresenta em média 0,5% de benzeno na sua composição.



“PRATICAMENTE TODAS AS MEDIDAS DO ATUAL GOVERNO PREJUDICARAM A SAÚDE DO TRABALHADOR”

Médico especialista em segurança do trabalho faz um balanço dos retrocessos em relação à segurança e saúde do trabalhador nos últimos anos

Por Guilherme Weimann

Políticas públicas de amplitude nacional impactam, direta ou indiretamente, na saúde da população. Por isso, as reformas trabalhista e previdenciária, por exemplo, acabaram criando um ambiente de trabalho muito mais hostil nos últimos anos. Essa é a opinião do médico Adilson Campos, assessor do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro-SP) e professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP): “o risco de se trabalhar no Brasil aumentou muito”.

Nesta entrevista, ele analisa a extinção da Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz) e outras medidas que reverberaram negativamente na segurança e na saúde do trabalhador brasileiro.

Confira:

Na época de sua criação, qual era a ideia que norteava a Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz)? Com quais objetivos ela foi criada?

O benzeno é reconhecido mundialmente como um problema de saúde pública desde o final da década de 1970, começo da década de 1980. E é um problema que não afeta somente os trabalhadores, mas toda a população. Na medida em que você aumenta a quantidade de benzeno na gasolina, por exemplo, você está expondo todo mundo a partir da queima do combustível fóssil. Por isso, o benzeno é classificado nessa mesma época como cancerígeno.

Na medicina do trabalho se trabalha

muito com limites de tolerância. Mas com o benzeno não existe isso, porque qualquer quantidade de benzeno traz prejuízos à saúde. Foi aí que se instituiu o Acordo Nacional do Benzeno e se criou a Comissão Nacional para que ela pudesse cumprir o papel de fiscalização do que ficou estabelecido no acordo.

Ao longo dos anos, a CNPBz conseguiu cumprir seus objetivos iniciais?

Foram estabelecidas comissões estaduais de benzeno e se estabeleceram grupos de trabalhadores de benzeno nas empresas, como na Petrobrás. Isso fez com que se gerasse mais informações sobre o assunto para as pessoas que lidam diretamente com essa substância. A informação é fundamental para se estabelecer ações de prevenção contra a contaminação. Além, é claro, da fiscalização dos ambientes de trabalho que passou a ser realizada pelos integrantes da comissão.

Também foram feitos trabalhos específicos em algumas categorias, como a de frentistas de postos de gasolina, para que os trabalhadores pudessem evitar os riscos de contaminação. Às vezes são medidas muito simples como, por exemplo, a importância de se respeitar a trava automática da bomba de combustível. Porque ela serve justamente para evitar com que o frentista chegue próximo e inale as substâncias presentes na gasolina, incluindo o benzeno.

É importante também destacar a importância da Fundacentro, uma instituição ligada ao governo com sede na cidade de São Paulo, que também sofreu uma grande precarização no governo Bolsonaro. Ela tem como objeto de trabalho a saúde do trabalhador, a partir de pesquisas realizadas por médicos, engenheiros, químicos e diversos outros profissionais.

Na medicina do trabalho se trabalha muito com limites de tolerância. Mas com o benzeno não existe isso, porque qualquer quantidade de benzeno traz prejuízos à saúde. Foi aí que se instituiu o Acordo Nacional do Benzeno e se criou a Comissão Nacional para que ela pudesse cumprir o papel de fiscalização do que ficou estabelecido no acordo.

Também é importante apontar a importância dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador. Eles nasceram na década de 1980, até antes da Comissão do Benzeno, e passaram a ter um papel fundamental em relação à saúde do trabalho, seja levando informação, seja no sentido de se tornar um espaço onde o trabalhador pode recorrer com a garantia de que as informações por ele compartilhadas sejam utilizadas para o seu bem e não para prejudicá-lo. São órgãos ligados ao Sistema Único de Saúde [SUS].

É possível mensurar as perdas ocasionadas com o encerramento formal da CNPBz?

O governo tem reformado normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho de uma maneira que o risco de se trabalhar no Brasil aumentou muito.

>>>> segue na próxima página

Quando o governo extingue uma comissão que tinha como obrigação fiscalizar ambientes de trabalho, isso representa um estímulo para que a segurança e saúde do trabalhador sejam pioradas. Não ter uma comissão nacional sobre o tema faz com que, de forma escalonada, também sejam extintas as comissões estaduais e os grupos nas próprias empresas. As consequências são enormes. E muitos desses retrocessos também estão relacionados com uma parcela do empresariado, que lucra em cima

da segurança e da saúde do trabalhador.

Na sua opinião, é possível vislumbrar no próximo governo a retomada da CNPBz? E quais deveriam ser suas pautas prioritárias?

Mesmo com uma mudança do governo, nós teremos muitas dificuldades em recuperar tudo o que foi perdido em relação à saúde do trabalhador. Isso vai exigir muita perseverança. É importantíssimo, por exemplo, tentar reverter a reforma trabalhista, que ocasionou impactos negativos na saúde do trabalhador. A reforma previdenciária também reverberou

diretamente na saúde do trabalhador. Hoje, é uma burocracia gigantesca para um trabalhador adoentado se aposentar pelo INSS, por exemplo. Existem alguns casos de trabalhadores aposentados por invalidez há 10 anos que tiveram o benefício cortado abruptamente. Por isso, é fundamental reverter essas reformas e recriar as comissões tripartites. Porque, sem elas, vale a lei da selva, ou seja, o mais forte é quem manda. Praticamente todas as medidas do atual governo prejudicaram a saúde do trabalhador.



■ 14.1 DO ANEXO IV

Postos de combustíveis têm até 2033 para instalar sistema de recuperação de vapores

O governo publicou no Diário Oficial da União (DOU) no início de setembro, a portaria nº 2.776, que altera o artigo 4º da portaria MTP nº 427, de 7 de outubro de 2021, que estabelece o cronograma de implementação do subitem 14.1 do Anexo IV da Norma Regulamentadora nº 20 (NR 20) (Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis).

Em 2019 a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) aprovou a migração do antigo anexo 2 da NR 9 para a NR20 Anexo 4 – Exposição Ocupacional ao Benzeno em Postos de Serviços Revendedores de Combustíveis Automotivos.

De acordo com Itamar Sanches, diretor do Sindipetro Unificado e representante da CUT na CTPP, durante a negociação

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO PARA SUBITEM 14.1

Ano de fabricação da bomba de combustível | Data limite para instalação do sistema de recuperação de vapor



da nova NR 20, entre 2016 e 2017, o Inmetro estava automatizando as bombas de combustível do país devido a fraudes nos postos. Segundo Sanches, a CTPP aproveitou a discussão sobre a alteração das bombas, usando as mesmas datas estipuladas pelo Inmetro, para realizar as modificações do sistema de recuperação de vapor, que tem a ver com a questão de Saúde e Segurança do Trabalhador.

Com informações Revista Proteção



Apesar da extinção da Comissão Nacional Permanente do Benzeno, a obrigação para cumprimento da legislação do Benzeno continua. Os representantes da extinta bancada dos trabalhadores orientam os getebistas a continuarem atuando nas empresas conforme o anexo 13-A da NR 15.